

BOLSAS	BOVESPA	C-BOND	DÓLAR	EURO	OURO	CDB	INFLAÇÃO
Na sexta (em %)	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos)	Título da dívida externa brasileira, na sexta	Comercial, venda, sexta-feira (em R\$)	Turismo, venda (em R\$)	Cinza troy na Comex de Nova York (em US\$)	Prefixado, 32 dias (em % ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
+ 0,07 São Paulo	22.852 22.597	0,97 (▲ 0,19%)	2,955 (▼ 0,03%)	3,663 (▲ 0,36%)	402,80 (▼ 0,96%)	15,88	Março/2004 0,47 Abril/2004 0,41 Maio/2004 0,51 Junho/2004 0,71 Julho/2004 0,91
			Últimas cotações (em R\$) 20/agosto 2,96 23/agosto 2,96 24/agosto 2,95 25/agosto 2,95 26/agosto 2,95				

POLÍTICA ECONÔMICA

Nunca o setor público economizou tanto para pagar os juros da dívida. A diferença entre arrecadação e gastos atingiu R\$ 52,79 bilhões nos sete primeiros meses deste ano

Dívida Pública

Aumenta o arrocho fiscal

Mantendo a trajetória de recordes sucessivos, as contas do setor público (governo federal, estados, municípios e empresas estatais) apresentaram um superávit primário de R\$ 6,61 bilhões em julho. Foi o melhor resultado para o mês, informou ontem o Banco Central (BC). O superávit primário é o resultado das receitas menos as despesas, sem a contabilização dos gastos com juros para o pagamento da dívida pública.

Com mais esse desempenho positivo, o arrocho fiscal do setor público (*leia Análise da Notícia abaixo*) nos sete primeiros meses do ano também é recorde: superávit primário de R\$ 52,79 bilhões, o correspondente a 5,59% do Produto Interno Bruto (PIB). A economia que o setor público fez até julho para pagar os juros já está próxima da meta de superávit primário de R\$ 56,9 bilhões acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) até setembro.

A dois meses da verificação da meta pelo Fundo, o setor público terá de economizar até lá R\$ 4,1 bilhões. Em 12 meses, o superávit primário acumulado até o mês passado está em R\$ 74,64 bilhões — ou 4,65% do PIB. A área pública também tem conseguido reduzir este ano o déficit nominal (que contabiliza as despesas com juros). De janeiro a julho, o déficit nominal caiu para R\$ 19,4 bilhões — ou 2,06% do PIB. No mesmo período de 2003, era de R\$ 44,93 bilhões, o que correspondia a 5,27% do PIB.

Juros

A queda expressiva do resultado negativo das contas públicas foi possível principalmente graças à redução da taxa básica de juros, a Selic, nesse período, e da

queda no volume de dívida atrelada à variação do dólar. As taxas de juros e de câmbio têm impacto direto sobre os encargos da dívida pública.

Este ano o setor público pagou R\$ 17,05 bilhões a menos do que os gastos com juros do mesmo período de 2003. Essas despesas caíram de R\$ 89,25 bilhões para R\$ 72,2 bilhões. Os gastos com juros ainda são extremamente elevados, o que tem exigido os superávits primários para controlar o aumento do endividamento público.

Arrecadação

Para o chefe do Departamento Econômico (Depec) do BC, Altamir Lopes, o crescimento da economia, que faz aumentar a arrecadação tributária, vem ajudando o setor público a obter os bons resultados deste ano. É o caso das contas dos estados, que em julho registraram superávit primário de R\$ 1,43 bilhão, também o melhor resultado para o mês. O superávit das contas dos estados compensou o déficit primário de R\$ 40 milhões obtido pelos municípios.

“Com a melhora do nível de atividade econômica, o ICMS vem vindo bem”, disse Altamir. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços é a principal fonte de arrecadação dos Estados. Também as contas do governo central, que reúne o governo federal, INSS e Banco Central, apresentaram em julho o maior superávit para o mês: R\$ 4,04 bilhão. As empresas estatais reunidas (federais, estados e municípios) apresentaram em julho um superávit primário de R\$ 1,17 bilhão. Nos sete primeiros meses, o saldo é positivo em R\$ 1,58 bilhão.



ANÁLISE DA NOTÍCIA

Corte de investimentos

A obtenção de superávits primários nas contas públicas é um dos pilares da política econômica desde o governo passado. Com o objetivo de ganhar mais credibilidade aos olhos dos investidores externos, o atual governo aprofundou a política e pretende atingir um saldo equivalente a 4,25% do PIB neste ano.

Pagas as despesas de manutenção e os investimentos que a lei manda fazer, o governo utiliza a sobra de receitas para quitar os juros da dívida pública. Assim, evita dúvidas sobre as condições do Brasil de cumprir seus compromissos e causar uma especulação contra a

moeda nacional. Para conseguir o saldo nas contas, o governo tem que manter a arrecadação em níveis muito maiores do que um país no estágio de crescimento do Brasil conseguiria normalmente suportar. Por isso, a carga tributária brasileira é de quase 36% do PIB.

O governo tem também que apertar o cinto, cortando gastos. Mas, como a estrutura de despesas públicas é bastante rígida, por causa das folhas de pagamento e das vinculações de receitas, a União acaba obrigada a cortar investimentos, o que acaba levando muitos a chamar de arrocho, o esforço fiscal que vem sendo feito.